

7. CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:

a)- Submete-se à consideração do Executivo com vista à aprovação da Assembleia Municipal o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na **União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro**, para a execução da obra denominada **"Rua Penedo da Cruz - Aveleda"**, montante de **77.178,21€**;

b)- Submete-se à consideração do Executivo com vista à aprovação da Assembleia Municipal o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na **Freguesia de Priscos**, para a execução da obra denominada **"Rua Engº Nuno Pereira - Priscos"**, no montante de **181.597,07€**;

c)- Submete-se à consideração do Executivo com vista à aprovação da Assembleia Municipal o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na **freguesia de Adaúfe**, para a execução da obra denominada **"Águas Pluviais e Pavimentação da Rua e Travessa da Balbeira"** no montante de **78.498,24 €**.

d) Submete-se à consideração do Executivo com vista à aprovação da Assembleia Municipal o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na **freguesia de Sobreposta**, para a execução da obra denominada **"Rua de Porteguediz-Sobresposta"**, no montante de **8.692,00 €**.

e) Submete-se à consideração do Executivo com vista à aprovação da Assembleia Municipal o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na **freguesia de Esporões**, para a execução da obra denominada **"Pavimentação da ligação da rua de Santa Marta ao Cruzamento da rua de Cais Esporões"**, no montante de **155.861,55 €**.

f - Submete-se à consideração do Executivo com vista à aprovação da Assembleia Municipal o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na **União das freguesias de Vilaça e Fradelos**, para a execução da obra denominada **"Beneficiação da rua do Campo de Futebol - Vilaça"**, montante de **5.096,64 €**.

7.1 Submete-se ainda o Acordo de Execução com a **Freguesia de Esporões**, que tem por objeto a delegação de competências, no montante de **48.449,98 €**, acordo esse que se anexa.

**CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE
COMPETÊNCIAS NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CELEIRÓS, AVELEDA E
VIMIEIRO**

PRIMEIRO: RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, casado, natural da freguesia de Braga S. João do Souto, concelho de Braga, com domicílio profissional nos Paços do Concelho sito na *Praça* do Município desta cidade, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público nº 506901173, com sede na morada acima referida, adiante designado *por* **MUNICÍPIO**.

SEGUNDO OUTORGANTE: ANTÓNIO ARAÚJO FONSECA VEIGA intervindo em representação da **UNIÃO DE FREGUESIAS DE CELEIRÓS, AVELEDA E VIMIEIRO**, pessoa colectiva de direito público nº 510 835 953 com sede na Av^a de Covedelo nº57, 4705 - 401 adiante designada por **FREGUESIA**.

Considerando que:

- 1 - A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- 2 - O **MUNICÍPIO**, por força do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da referida Lei n.º 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal,
- 3 - Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;
- 4 - De acordo com os estudos que têm sido promovidos pelo **MUNICÍPIO** esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;
- 5 - Que a concretização da delegação de competências, materializada no presente contrato, respeita os princípios estabelecidos no art.º 135º da referida Lei n.º 75/2013, bem como os

demaís princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º do mesmo diploma legal;

6 - Por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i) do n.º 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a União das Freguesias de **CELEIRÓS, AVELEDA E VIMIEIRO**. O presente contrato de delegação de competências;

Entre os representados de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º da referida Lei nº 75/2013, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal em sessão de _____ de _____ de 2016 sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de _____ de _____ de 2016 e pela Assembleia da União das Freguesias de **CELEIRÓS, AVELEDA E VIMIEIRO** em sessão de _____ de _____ de 2016 sob proposta da respetiva Junta de Freguesia aprovada em reunião de ____ de _____ de 2016.

Cláusula 1ª

Objeto

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências na **UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CELEIRÓS, AVELEDA E VIMIEIRO** para a execução da obra denominada “**Rua Penedo da Cruz - Aveleda**” prevista no plano de atividades para o ano em curso e dotada no respetivo orçamento.

Cláusula 2ª

Condições

A obra será executada de acordo com o projeto aprovado pela Câmara Municipal que consta do respetivo processo administrativo.

Cláusula 3ª

(Recursos financeiros)

1 - Para a prossecução do objeto definido na cláusula 1ª e a sua execução nos termos previstos na cláusula 2ª, é concedida, pelo **MUNICÍPIO** à **FREGUESIA**, uma verba de **72.809,63€** à qual acresce **4.368,58€** correspondente ao **I.V.A. (6%)**, perfazendo o total de **77.178,21€** por conta da delegação efetuada.

2 – A referida verba será processada mensalmente, em conformidade com o valor de obra executada nesse período, tendo em vista a sua transferência para a **FREGUESIA**.

3 - Sem prejuízo do disposto no ponto 1, o montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentado e justificado, objeto de acertos financeiros.

4 - Repartição de Encargos:

Ano 2016 – 38.589,11€

Ano 2017 – 38.589,10€

Cláusula 4ª

Recursos humanos

Não são afetos recursos humanos à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 5ª

Recursos patrimoniais

Não são afetos recursos patrimoniais à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 6ª

Prazo

1 - O prazo de execução da obra é de 90 dias.

2 - A Junta de Freguesia deverá comunicar à Câmara Municipal, com antecedência de 8 dias, o início dos trabalhos, bem como da sua conclusão.

Cláusula 7.ª

Obrigações do MUNICÍPIO

No âmbito do presente contrato de delegação de competências, o **MUNICÍPIO** obriga-se a:

a) Prestar acompanhamento técnico à **FREGUESIA**,

b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;

d) Elaborar autos de medição de forma regular e mensal referente à execução da obra, objeto das competências delegadas, que serão remetidos à **FREGUESIA**.

Obrigações da FREGUESIA

1 - No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a **FREGUESIA** fica obrigada a:

- a) Cumprir rigorosamente as condições constantes do projeto, cabendo-lhe a responsabilidade pela sua execução em conformidade com as regras legalmente aplicáveis;
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e acompanhamento técnico, de acordo com a Lei nº 31/2009 de 3 de Julho.
- c) Informar O **MUNICÍPIO** do início da obra com antecedência mínima de oito dias, bem como das eventuais suspensões e reinício dos trabalhos.
- d) Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares relacionadas com a execução da obra, designadamente publicitando a execução da obra, sob a forma de aviso, segundo modelo indicado pela Câmara, a colocar no local de execução de forma bem visível da via pública, no prazo de cinco dias antes de iniciar as obras.

Cláusula 9.ª

Obrigações adicionais

Para uma articulação permanente entre o **MUNICÍPIO** e a **FREGUESIA**, no âmbito da execução deste contrato, podem os representantes indicados por ambas reunir-se, mensalmente, ou sempre que necessário.

Cláusula 10.ª

Informação a disponibilizar pela FREGUESIA

1 - Serão elaborados pela **FREGUESIA** os seguintes relatórios:

- a) Relatório Trimestral de Acompanhamento, que deve ser acompanhado dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pelo **MUNICÍPIO**;
- b) Relatório de Avaliação, que deve ser entregue no final da obra.
- c) Autos de receção provisória e definitiva da obra, com parecer favorável dos serviços técnicos do **MUNICÍPIO**.

2 - O **MUNICÍPIO** pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público

Cláusula 11.ª

Ocorrências e emergências

A **FREGUESIA** deve comunicar ao **MUNICÍPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

Cláusula 12.ª

Verificação do cumprimento do objeto do contrato

1 - O **MUNICÍPIO** pode verificar o cumprimento do objeto do contrato pela **FREGUESIA**, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.

2 - As determinações do **MUNICÍPIO** emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a **FREGUESIA**, devendo este proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

Cláusula 13.ª

Modificação do contrato

1 - O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.

2 - A modificação do contrato obedece a forma escrita.

Cláusula 14.ª

Suspensão do contrato

1 - A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:

a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.

2 - Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, os Outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 15.ª

Resolução pelas Partes Outorgantes

1 - Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:

- a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;
- b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

2 - Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 16.ª

Revogação

1 - As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.

2 - A revogação obedece a forma escrita.

Cláusula 17.ª

Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico identificado neste contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18.ª

Entrada em vigor

O presente contrato entra em vigor no dia da sua assinatura.

Cláusula 19.ª

Publicidade

Este contrato é publicitado no sítio da *internet* do Município de Braga.

Cláusula 20ª

Cabimento e compromisso

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada pelas propostas de cabimento nº _____, correspondendo-lhe as requisições externas de despesa com os compromissos nº _____.

Cláusula 21ª

Disposições legais aplicáveis

1 - Na execução do presente contrato de delegação de competências, observar-se-ão: a) o respetivo clausulado b) a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2 - Subsidiariamente, observar-se-ão, ainda: a) As disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, em especial a sua Parte III; b) O Código do Procedimento Administrativo.

Arquiva-se no maço de documentos: a) As referidas deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia; b) O mencionado Mapa contendo as verbas a transferir para a **FREGUESIA**; c) Os identificados documentos de cabimento e compromisso.

Pelo segundo outorgante foram exibidas:

a) Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em ____ de ____ de 2016 pelo 2º Serviço de Finanças de Braga;

b) Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em ____ de ____ de 2016.

Para constar se lavrou o presente contrato em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes.

Braga, 19 de Julho de 2016

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

O Presidente da União das Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro

REQUISIÇÃO : 2016016/220 (DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS)
Data : 2016-07-29

2267

CELEIRÓS, AVELEDA E VIMIEIRO
AV. COVEDELO, N.º 57
BRAGA
4705-401 BRAGA
PORTUGAL

Contribuinte: 510835953

Braga, 2016-07-29

Cabimento: 2016016/220 a 2016-07-29

| Código de | Data de | | | | | | | (EUR) |
|---------------|---------------|------------------------------------|----------------|--------------|--------------|-------|--------|-----------|
| Produto/Conta | Entrega | Designação | U.C. | Quantidade | Preço | Desc% | I.V.A. | Valor |
| 44531164 | 2016-07-29 | RUA PENEDO DA CRUZ - AVELEDA | ---- | 1,000 | 38589,11000 | 0 | | 38 589,11 |
| | | <u>Data</u> <u>Órgão Económica</u> | <u>Dotação</u> | | <u>Valor</u> | | | |
| | 2016-07-29 01 | 0805010202 | | 390 038,45 | 38 589,11 | | | |
| | <u>Ano</u> | <u>Exercícios futuros</u> | | <u>Valor</u> | | | | |
| | 2016 041 | EXERCICIO (N+1) | | | 38 589,10 | | | |

| <u>Incidência</u> | <u>Taxa</u> | <u>Valor de Iva</u> | | |
|-------------------|-------------|---------------------|-------------|-----------|
| | | | Sub-Total | 38 589,11 |
| | | | Valor IVA | 0,00 |
| | | | Valor total | 38 589,11 |

Observações:

Contrato: 2016016/3

Condições de pagamento :

Local de entrega : CONTRATO INTERADMINISTRATIVO

Divisão de Contabilidade
Planeamento e Controlo de Gestão

NIF: 506 901 173

Praça Municipal, 4704-514 Braga

Telefone: 253 203 150 - Fax: 253 613 387

e-mail: municipe@cm-braga.pt



BRAGA
Município

DAF - DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS

Ofício n.º E/4412/BU/2016

Assunto: Rua Penedo da Cruz - Aveleda

Freguesia: UF de Celeirós, Aveleda e Vimieiro

| Informação do Coordenador da DAF | Informação do Adjunto do Sr. Vereador |
|--|---|
| <p>A UF de Celeirós, Aveleda e Vimieiro apresenta processo tendo em vista a requalificação da Rua Penedo da Cruz, em Aveleda. Trata-se uma via estruturante que faz a ligação entre Sequeira e Aveleda e que encontra em muito mau estado de conservação.</p> <p>O projeto apresentado está elaborado de acordo com as normas técnicas em vigor pelo que tem condições de ser aprovado.</p> <p>O valor da obra foi calculado em 77.178,21€, com IVA incluído, considerando-se correntes os preços unitários dos diferentes trabalhos.</p> <p>Nestes termos poderá a obra ser apresentada a reunião de Câmara e Assembleia Municipal para que seja deliberada a delegação de competências da execução da obra, na UF de Celeirós, Aveleda e Vimieiro de acordo com a Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.</p> <p>À consideração superior,</p> <p>Braga, 13 de Julho de 2016</p> <p><i>[Assinatura]</i></p> | <p>Concordo com a informação técnica do Coordenador da DAF. Dado que a obra em apreço está contemplada no Plano 2016 do Município, julgo de merecer a aprovação e a sua delegação na Junta da União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, através de um contrato interadministrativo a submeter à apreciação do executivo e, consequentemente a aprovação da Assembleia Municipal.</p> <p>A consideração superior. 13.07.2016</p> <p><i>[Assinatura]</i></p> |
| | <p>Despacho do Sr. Vereador</p> <p>De ac. c. d. A obra em apreço está contemplada no Plano de 2016 e revê-la de grande utilidade para a Comunidade Local e não só, pelo que depois deolidos os pontos de vista da C.ª A.ª deve o mesmo ser submetido e aprovado pelo Executivo Municipal para aprovar. A aprovação do contrato interadministrativo.</p> <p>Despacho do Sr. Presidente da Câmara</p> <p><i>[Assinatura]</i> 14 Julho 2016</p> |
| <p>À Sr. Eng. Francisco Marques para elaboração do respectivo Contrato Interadministrativo.</p> <p>18.07.2016</p> <p><i>[Assinatura]</i></p> <p>De remeter a DE para calibrar e submeter à reunião do executivo.</p> <p>19.07.2016</p> <p><i>[Assinatura]</i></p> | <p>À Sr. Eng. Marques</p> <p>16.07.18</p> <p><i>[Assinatura]</i></p> |

CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIAS DE PRISCOS

PRIMEIRO: RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, casado, natural da freguesia de Braga S. João do Souto, concelho de Braga, com domicílio profissional nos Paços do Concelho sito na *Praça* do Município desta cidade, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público nº 506901173, com sede na morada acima referida, adiante designado *por* **MUNICÍPIO**.

SEGUNDO OUTORGANTE: CARLOS ALBERTO FERREIRA DE SÁ intervindo em representação da **FREGUESIAS DE PRISCOS**, pessoa coletiva de direito público nº 507 060 482, com sede na Rua do Cidadão, nº 11, 4705-566 Braga, adiante designada *por* **FREGUESIA**.

Considerando que:

1 - A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2 - O **MUNICÍPIO**, por força do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da referida Lei nº 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal,

3 - Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;

4 - De acordo com os estudos que têm sido promovidos pelo **MUNICÍPIO** esta competência fica melhor acautelada se delegada na **FREGUESIA**, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;

5 - Que a concretização da delegação de competências, materializada no presente contrato, respeita os princípios estabelecidos no art.º 135º da referida Lei n.º 75/2013, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º do mesmo diploma legal;

6 - Por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei n.º 75/2013, conjugado com a alínea i) do n.º 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a Freguesia de **Priscos** o presente contrato de delegação de competências;

Entre os representados de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º da referida Lei n.º 75/2013, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal em sessão de _____ de _____ de 2016, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de ____ de _____ de 2016, e pela Assembleia de Freguesia de Priscos, em sessão de _____ de _____ de 2016 sob proposta da respetiva Junta de Freguesia aprovada em reunião de ____ de _____ de 2016.

Cláusula 1ª

Objeto

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências na **FREGUESIA DE PRISCOS**, para a execução da obra denominada “**Rua Engº Nuno Pereira - Priscos**”, prevista no plano de atividades para o ano em curso e dotada no respetivo orçamento.

Cláusula 2ª

Condições

A obra será executada de acordo com o projeto aprovado pela Câmara Municipal que consta do respetivo processo administrativo.

Cláusula 3ª

(Recursos financeiros)

1 - Para a prossecução do objeto definido na cláusula 1ª e a sua execução nos termos previstos na cláusula 2ª, é concedida, pelo **MUNICÍPIO** à **FREGUESIA**, uma verba de **171.318,00€ à qual acresce 10.179,08€ correspondente ao I.V.A. (6%), perfazendo o total de 181.597,07€** por conta da delegação efetuada.

2 – A referida verba será processada mensalmente, em conformidade com o valor de obra executada nesse período, tendo em vista a sua transferência para a **FREGUESIA**.

3 - Sem prejuízo do disposto no ponto 1, o montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentado e justificado, objeto de acertos financeiros.

4 - Repartição de Encargos:

Ano 2016 - 36.319,41€

Ano 2017 - 145.277,66€

Cláusula 4ª

Recursos humanos

Não são afetos recursos humanos à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 5ª

Recursos patrimoniais

Não são afetos recursos patrimoniais à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 6ª

Prazo

1 - O prazo de execução da obra é de 90 dias.

2 - A Junta de Freguesia deverá comunicar à Câmara Municipal, com antecedência de 8 dias, o início dos trabalhos, bem como da sua conclusão.

Cláusula 7.ª

Obrigações do MUNICÍPIO

No âmbito do presente contrato de delegação de competências, o **MUNICÍPIO** obriga-se a:

d) Elaborar autos de medição de forma regular e mensal referente à execução da obra, objeto das competências delegadas, que serão remetidos à **FREGUESIA**.

Cláusula 8.ª

Obrigações da FREGUESIA

1 - No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a **FREGUESIA** fica obrigada a:

a) Cumprir rigorosamente as condições constantes do projeto, cabendo-lhe a responsabilidade pela sua execução em conformidade com as regras legalmente aplicáveis;

b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e acompanhamento técnico, de acordo com a Lei nº 31/2009 de 3 de Julho.

c) Informar O **MUNICÍPIO** do início da obra com antecedência mínima de oito dias, bem como das eventuais suspensões e reinício dos trabalhos.

d) Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares relacionadas com a execução da obra, designadamente publicitando a execução da obra, sob a forma de aviso, segundo modelo indicado pela Câmara, a colocar no local de execução de forma bem visível da via pública, no prazo de cinco dias antes de iniciar as obras.

Cláusula 9.ª

Obrigações adicionais

Para uma articulação permanente entre o **MUNICÍPIO** e a **FREGUESIA**, no âmbito da execução deste contrato, podem os representantes indicados por ambas reunir-se, mensalmente, ou sempre que necessário.

Cláusula 10.ª

Informação a disponibilizar pela FREGUESIA

1 - Serão elaborados pela **FREGUESIA** os seguintes relatórios:

a) Relatório Trimestral de Acompanhamento, que deve ser acompanhado dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pelo **MUNICÍPIO**;

b) Relatório de Avaliação, que deve ser entregue no final da obra.

c) Autos de receção provisória e definitiva da obra, com parecer favorável dos serviços técnicos do **MUNICÍPIO**.

2 - O **MUNICÍPIO** pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público.

Cláusula 11.ª

Ocorrências e emergências

FREGUESIA deve comunicar ao **MUNICÍPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

Cláusula 12.ª

Verificação do cumprimento do objeto do contrato

1 - O **MUNICÍPIO** pode verificar o cumprimento do objeto do contrato pela **FREGUESIA**, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.

2 - As determinações do **MUNICÍPIO** emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a **FREGUESIA**, devendo este proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

Cláusula 13.ª

Modificação do contrato

1 - O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.

2 - A modificação do contrato obedece a forma escrita.

Cláusula 14.ª

Suspensão do contrato

1 - A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:

a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.

2 - Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, os Outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 15.ª

Resolução pelas Partes Outorgantes

1 - Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:

a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

2 - Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 16.ª

Revogação

1 - As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.

2 - A revogação obedece a forma escrita.

Cláusula 17.ª

Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico identificado neste contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18.ª

Entrada em vigor

O presente contrato entra em vigor no dia da sua assinatura.

Cláusula 19.ª

Publicidade

Este contrato é publicitado no sítio da *internet* do Município de Braga.

Cláusula 20ª

Cabimento e compromisso

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada pelas propostas de cabimento n.º _____ correspondendo-lhe as requisições externas de despesa com os compromissos n.º _____.

Cláusula 21ª

Disposições legais aplicáveis

1 - Na execução do presente contrato de delegação de competências, observar-se-ão: a) o respetivo clausulado b) a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2 - Subsidiariamente, observar-se-ão, ainda: a) As disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, em especial a sua Parte III; b) O Código do Procedimento Administrativo.

Arquiva-se no maço de documentos: a) As referidas deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia; b) O mencionado Mapa contendo as verbas a transferir para a **FREGUESIA**; c) Os identificados documentos de cabimento e compromisso.

Pelo segundo outorgante foram exibidas:

a) Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em ____ de ____ de 2016 pelo 2º Serviço de Finanças de Braga;

b) Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em ____ de ____ de 2016.

Para constar se lavrou o presente contrato em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes.

Braga, 19 de Julho de 2016

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

O Presidente da Freguesia de Priscos

REQUISIÇÃO : 2016016/218 (DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS)
Data : 2016-07-28

10636

FREGUESIA DE PRISCOS
RUA DO CIDADÃO Nº 11
PRISCOS - BRAGA
4705-566 PRISCOS
PORTUGAL

Contribuinte: 507060482

Braga, 2016-07-28

Cabimento: 2016016/218 a 2016-07-28

| (EUR) | | | | | | | | | |
|---------------|------------|------------------------------------|------|------------|-------------|------------|--------|-----------|--|
| Código de | Data de | | | | | | | | |
| Produto/Conta | Entrega | Designação | U.C. | Quantidade | Preço | Desc | I.V.A. | Valor | |
| 44531166 | 2016-07-28 | RUA ENG.º NUNO PEREIRA - PRISCOS | ---- | 1,000 | 36319,41000 | 0 | | 36 319,41 | |
| | | Data Órgão Económica Dotação Valor | | | | | | | |
| | | 2016-07-28 01 0805010202 | | 465 606,98 | | 36 319,41 | | | |
| | | Ano Exercícios futuros Valor | | | | | | | |
| | | 2016 041 EXERCICIO (N+1) | | | | 145 277,66 | | | |

| Incidência | Taxa | Valor de Iva | Sub-Total | 36 319,41 |
|------------|------|--------------|-------------|-----------|
| | | | Valor IVA | 0,00 |
| | | | Valor total | 36 319,41 |

Observações:

Contrato: 2016016/1

Condições de pagamento :

Local de entrega : CONTRATO INTERADMINISTRATIVO

Divisão de Contabilidade
Planeamento e Controlo de Gestão

NIF: 506 901 173



BRAGA
Município

DAF - DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS

Ofício n.º E/4414/BU/2016

Assunto: Rua Engenheiro Nuno Pereira - Priscos

Freguesia: Junta de Freguesia de Priscos

| Informação do Coordenador da DAF | Informação do Adjunto do Sr. Vereador |
|---|--|
| <p>A Junta de Freguesia de Priscos apresenta processo tendo em vista a requalificação da Rua Engenheiro Nuno Pereira. Trata-se uma via em calçada que se encontra em muito mau estado de conservação.</p> <p>O projeto apresentado está elaborado de acordo com as normas técnicas em vigor pelo que tem condições de ser aprovado.</p> <p>O valor da obra foi calculado em 181.597,07€, com IVA incluído, considerando-se correntes os preços unitários dos diferentes trabalhos.</p> <p>Nestes termos poderá a obra ser apresentada a reunião de Câmara e Assembleia Municipal para que seja deliberada a delegação de competências da execução da obra, na Junta de Freguesia de Priscos de acordo com a Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.</p> <p>À consideração superior,</p> <p>Braga, 13 de Julho de 2016</p> <p><i>[Assinatura]</i></p> <p>Ào Sr. Eng. Francisco Marques para elaboração do respetivo contrato interadministrativo.</p> <p>18.07.2016</p> <p><i>[Assinatura]</i></p> <p>A DC para cabimentar e submeter à reunião do executivo.</p> <p>19.07.2016</p> <p><i>[Assinatura]</i></p> | <p>Concordo com a informação técnica do Coordenador da DAF. Considerando o seu conteúdo e o facto da obra em apreço se encontrar contemplada no Plano 2016 do Município, julgo de merecer a aprovação e a sua delegação na Junta de Freguesia de Priscos, através de um contrato interadministrativo a submeter à apreciação do executivo e, consequentemente, a aprovação da Assembleia Municipal.</p> <p>A consideração superior. 13.07.2016</p> <p><i>[Assinatura]</i></p> <p>Despacho do Sr. Vereador</p> <p>Ober i dentifikant vo Plano 2016 dweri delon de validade pelo Paulo Araújo e eu soube de submeter a apreciação do Executivo Municipal para sancionar o contrato interadministrativo entre o Município e o JF local.</p> <p>4 dias depois 14 julho 2016</p> <p>Despacho do Sr. Presidente da Câmara</p> <p>À MS do Excmo.</p> <p>16.07.15</p> <p><i>[Assinatura]</i></p> |

CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE ADAÚFE

PRIMEIRO: RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, casado, natural da freguesia de Braga S. João do Souto, concelho de Braga, com domicílio profissional nos Paços do Concelho sito na *Praça* do Município desta cidade, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público nº 506901173, com sede na morada acima referida, adiante designado por **MUNICÍPIO**.

SEGUNDO OUTORGANTE: AGOSTINHO FERNANDO MONTEIRO FERNANDES intervindo em representação da **FREGUESIA ADAÚFE**, pessoa colectiva de direito público nº 507 144 775 com sede na Av^a Imaculada Conceição, nº 135 – 4710-820 Adaúfe adiante designada por **FREGUESIA**.

Considerando que:

- 1 - A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- 2 - O **MUNICÍPIO**, por força do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da referida Lei nº 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal,
- 3 - Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;
- 4 - De acordo com os estudos que têm sido promovidos pelo **MUNICÍPIO** esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;
- 5 - Que a concretização da delegação de competências, materializada no presente contrato, respeita os princípios estabelecidos no art.º 135º da referida Lei nº 75/2013, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos

contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º do mesmo diploma legal;

6 - Por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i) do nº 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a Freguesia de **Adaúfe**. O presente contrato de delegação de competências;

Entre os representados de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º da referida Lei nº 75/2013, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal em sessão de ____ de ____ de 2016 sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de ____ de ____ de 2016 e pela Assembleia de Freguesia de **Adaúfe** em sessão de ____ de ____ de 2016 sob proposta da respectiva Junta de Freguesia aprovada em reunião de ____ de ____ de 2016.

Cláusula 1ª

Objeto

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências na **FREGUESIA DE ADAÚFE** para a execução da obra denominada “**Águas Pluviais e Pavimentação da Rua e Travessa da Balbeira**” prevista no plano de atividades para o ano em curso e dotada no respectivo orçamento.

Cláusula 2ª

Condições

A obra será executada de acordo com o projeto aprovado pela Câmara Municipal que consta do respetivo processo administrativo.

Cláusula 3ª

(Recursos financeiros)

1 - Para a prossecução do objeto definido na cláusula 1ª e a sua execução nos termos previstos na cláusula 2ª, é concedida, pelo **MUNICÍPIO** à **FREGUESIA**, uma verba de **74.054,95€ (valor sem I.V.A.)**, acrescida de **4.443,30€ (I.V.A. a 6%)** perfazendo um **total de 78.498,24€** por conta da delegação efetuada.

2 – A referida verba será processada mensalmente, em conformidade com o valor de obra executada nesse período, tendo em vista a sua transferência para a **FREGUESIA**.

3 - Sem prejuízo do disposto no ponto 1, o montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentado e justificado, objeto de acertos financeiros.

4 - Repartição de encargos:

Ano 2016 – 39.249,12€

Ano 2017 – 39.249,12€

Cláusula 4ª

Recursos humanos

Não são afetos recursos humanos à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 5ª

Recursos patrimoniais

Não são afetos recursos patrimoniais à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 6ª

Prazo

1 - O prazo de execução da obra é de 180 dias.

2 - A Junta de Freguesia deverá comunicar à Câmara Municipal, com antecedência de 8 dias, o início dos trabalhos, bem como da sua conclusão.

Cláusula 7.ª

Obrigações do MUNICÍPIO

No âmbito do presente contrato de delegação de competências, o **MUNICÍPIO** obriga-se a:

a) Prestar acompanhamento técnico à **FREGUESIA**,

b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;

d) Elaborar autos de medição de forma regular e mensal referente à execução da obra, objeto das competências delegadas, que serão remetidos à **FREGUESIA**.

Cláusula 8.ª

Obrigações da FREGUESIA

1 - No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a **FREGUESIA** fica obrigada a:

- a) Cumprir rigorosamente as condições constantes do projeto, cabendo-lhe a responsabilidade pela sua execução em conformidade com as regras legalmente aplicáveis;
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e acompanhamento técnico, de acordo com a Lei nº 31/2009 de 3 de Julho.
- c) Informar O **MUNICÍPIO** do início da obra com antecedência mínima de oito dias, bem como das eventuais suspensões e reinício dos trabalhos.
- d) Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares relacionadas com a execução da obra, designadamente publicitando a execução da obra, sob a forma de aviso, segundo modelo indicado pela Câmara, a colocar no local de execução de forma bem visível da via pública, no prazo de cinco dias antes de iniciar as obras.

Cláusula 9.ª

Obrigações adicionais

Para uma articulação permanente entre o **MUNICÍPIO** e a **FREGUESIA**, no âmbito da execução deste contrato, podem os representantes indicados por ambas reunir-se, mensalmente, ou sempre que necessário.

Cláusula 10.ª

Informação a disponibilizar pela FREGUESIA

1 - Serão elaborados pela **FREGUESIA** os seguintes relatórios:

- a) Relatório Trimestral de Acompanhamento, que deve ser acompanhado dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pelo **MUNICÍPIO**;
- b) Relatório de Avaliação, que deve ser entregue no final da obra.
- c) Autos de receção provisória e definitiva da obra, com parecer favorável dos serviços técnicos do **MUNICÍPIO**.

2 - O **MUNICÍPIO** pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público

Cláusula 11.ª

Ocorrências e emergências

A **FREGUESIA** deve comunicar ao **MUNICÍPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

Cláusula 12.ª

Verificação do cumprimento do objeto do contrato

1 - O **MUNICÍPIO** pode verificar o cumprimento do objeto do contrato pela **FREGUESIA**, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.

2 - As determinações do **MUNICÍPIO** emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a **FREGUESIA**, devendo este proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

Cláusula 13.ª

Modificação do contrato

1 - O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.

2 - A modificação do contrato obedece a forma escrita.

Cláusula 14.ª

Suspensão do contrato

1 - A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:

a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.

2 - Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, os Outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 15.ª

Resolução pelas Partes Outorgantes

1 - Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:

- a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;
- b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

2 - Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 16.ª

Revogação

1 - As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.

2 - A revogação obedece a forma escrita.

Cláusula 17.ª

Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico identificado neste contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18.ª

Entrada em vigor

O presente contrato entra em vigor no dia da sua assinatura.

Cláusula 19.ª

Publicidade

Este contrato é publicitado no sítio da *internet* do Município de Braga.

Cláusula 20ª

Cabimento e compromisso

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada pelas propostas de cabimento nº _____, correspondendo-lhe as requisições externas de despesa com os compromissos nº _____.

Cláusula 21ª

Disposições legais aplicáveis

1 - Na execução do presente contrato de delegação de competências, observar-se-ão: a) o respetivo clausulado b) a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2 - Subsidiariamente, observar-se-ão, ainda: a) As disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, em especial a sua Parte III; b) O Código do Procedimento Administrativo.

Arquiva-se no maço de documentos: a) As referidas deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia; b) O mencionado Mapa contendo as verbas a transferir para a **FREGUESIA**; c) Os identificados documentos de cabimento e compromisso.

Pelo segundo outorgante foram exibidas:

a) Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em ____ de _____ de 2016 pelo 1º Serviço de Finanças de Braga;

b) Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em ____ de _____ de 2016 .

Para constar se lavrou o presente contrato em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes.

Braga, 25 de Julho de 2016

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

O Presidente da Junta de Freguesia de Adaúfe

REQUISIÇÃO : 2016016/219 (DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS)
Data : 2016-07-29

10601

FREGUESIA DE ADAUFE
AVENIDA IMACULADA CONCEIÇÃO N°135
BRAGA
4710-820 ADAUFE
PORTUGAL

Contribuinte: 507144775

Braga, 2016-07-29

Cabimento: 2016016/219 a 2016-07-29

(EUR)

| Código de Produto/Conta | Data de Entrega | Designação | U.C. | Quantidade | Preço | Desc% | I.V.A. | Valor |
|-------------------------|-----------------|----------------------------|------|------------|-------------|-------|--------|-----------|
| 44531167 | 2016-07-29 | ADUFE-AGUAS PLUV.E PAV.RUA | ---- | 1,000 | 39249,12000 | 0 | | 39 249,12 |
| | | TRAV.BALBEIRA | | | | | | |
| | | Data Órgão Económica | | Dotação | Valor | | | |
| | | 2016-07-29 01 0805010202 | | 429 287,57 | 39 249,12 | | | |
| | | Ano Exercícios futuros | | Valor | | | | |
| | | 2016 041 EXERCICIO (N+1) | | | 39 249,12 | | | |

| Incidência | Taxa | Valor de Iva | Sub-Total | Valor total |
|------------|------|--------------|-----------|-------------|
| | | | 39 249,12 | |
| | | | Valor IVA | 0,00 |
| | | | | 39 249,12 |

Observações:

Contrato: 2016016/2

Condições de pagamento :

Local de entrega : CONTRATO INTERADMINISTRATIVO

Divisão de Contabilidade
Planeamento e Controlo de Gestão

NIF: 506 901 173

Praça Municipal, 4704-514 Braga

Telefone: 253 203 150 - Fax: 253 613 387

e-mail: municipe@cm-braga.pt



BRAGA

Município

DAF - DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS

Ofício n.º E/4413/BU/2016

Assunto: Águas Pluviais e Pavimentação da Rua e Travessa da Balbeira - Adaúfe

Freguesia: Junta de Freguesia de Adaúfe

| Informação do Coordenador da DAF | Informação do Adjunto do Sr. Vereador |
|---|--|
| <p>A Junta de Freguesia de Adaúfe apresenta um processo tendo em vista a requalificação da Rua e Travessa da Balbeira, Adaúfe. Trata-se de duas vias que se encontram em muito mau estado de conservação e sem rede de águas pluviais.</p> <p>O projeto apresentado está elaborado de acordo com as normas técnicas em vigor pelo que tem condições de ser aprovado.</p> <p>O valor da obra foi calculado em 78.498,24€, com IVA incluído, considerando-se correntes os preços unitários dos diferentes trabalhos.</p> <p>Nestes termos poderá a obra ser apresentada a reunião de Câmara e Assembleia Municipal para que seja deliberada a delegação de competências da execução da obra, na Junta de Freguesia de Adaúfe de acordo com a Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.</p> <p>À consideração superior,</p> <p>Braga, 19 de Julho de 2016</p> <p><i>[Assinatura]</i></p> <p><i>Do Sr. Eng. Francisco Marques para elaboração de respetivo contrato interadministrativo.</i> 22.07.2016 <i>[Assinatura]</i></p> <p><i>De remeter à DC para calibrar e submeter à reunião do executivo.</i> 26.07.2016 <i>[Assinatura]</i></p> | <p><i>A obra em apreço está contemplada no Plano 2016 do Município, pelo que deverá merecer a aprovação e a sua delegação na Junta de Freguesia de Adaúfe, através de um contrato interadministrativo a submeter à apreciação do executivo e, conseqüentemente, à aprovação da Assembleia Municipal.</i> <i>A Consideração superior.</i> 19.07.2016 <i>[Assinatura]</i></p> <p>Despacho do Sr. Vereador</p> <p><i>De acôrdo. Estão em obra o egresso previsto no Plano 2016 e os seus trabalhos não estão por a população submeter à validação do Sr. Presidente da Câmara. O processo foi enviado ao submeter à reunião do Executivo Municipal sob o nome de contrato interadministrativo, entre a CM Braga e a JF Adaúfe.</i> 20 julho 2016 <i>[Assinatura]</i></p> <p>Despacho do Sr. Presidente da Câmara</p> <p><i>A 25 do Executivo</i> 165722 <i>[Assinatura]</i></p> |

CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE SOBREPOSTA

PRIMEIRO: RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, casado, natural da freguesia de Braga S. João do Souto, concelho de Braga, com domicílio profissional nos Paços do Concelho sito na *Praça* do Município desta cidade, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público nº 506901173, com sede na morada acima referida, adiante designado *por* **MUNICÍPIO**.

SEGUNDO OUTORGANTE: ALEXANDRE JOSÉ SÁ VIEIRA intervindo em representação da **FREGUESIA SOBREPOSTA**, pessoa colectiva de direito público nº 507 060 377 com sede na Avenida da Igreja da Igreja, nº59, 4715-538 adiante designada *por* **FREGUESIA**.

Considerando que:

- 1 - A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- 2 - O **MUNICÍPIO**, por força do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da referida Lei nº 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal,
- 3 - Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;
- 4 - De acordo com os estudos que têm sido promovidos pelo **MUNICÍPIO** esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;
- 5 - Que a concretização da delegação de competências, materializada no presente contrato, respeita os princípios estabelecidos no art.º 135º da referida Lei nº 75/2013, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos

contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º do mesmo diploma legal;

6 - Por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i) do nº 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a Freguesia de **Sobreposta** O presente contrato de delegação de competências;

Entre os representados de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º da referida Lei nº 75/2013, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal em sessão de ____ de ____ de 2016 sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de ____ de ____ de 2016 e pela Assembleia de Freguesia de **Sobreposta** em sessão de ____ de ____ de 2016 sob proposta da respetiva Junta de Freguesia aprovada em reunião de ____ de ____ de 2016.

Cláusula 1ª

Objeto

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências na **FREGUESIA DE SOBREPOSTA** para a execução da obra denominada “**Rua de Porteguediz - Sobreposta**” prevista no plano de atividades para o ano em curso e dotada no respetivo orçamento.

Cláusula 2ª

Condições

A obra será executada de acordo com o projeto aprovado pela Câmara Municipal que consta do respetivo processo administrativo.

Cláusula 3ª

(Recursos financeiros)

1 - Para a prossecução do objeto definido na cláusula 1ª e a sua execução nos termos previstos na cláusula 2ª, é concedida, pelo **MUNICÍPIO à FREGUESIA**, uma verba de **8.200,00€ (valor sem I.V.A.), acrescida de 492,00€ (I.V.A. a 6%) perfazendo um total de 8.692.00€.**

2 – A referida verba será processada mensalmente, em conformidade com o valor de obra executada nesse período, tendo em vista a sua transferência para a **FREGUESIA**.

3 - Sem prejuízo do disposto no ponto 1, o montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentado e justificado, objeto de acertos financeiros.

Cláusula 4ª

Recursos humanos

Não são afetos recursos humanos à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 5ª

Recursos patrimoniais

Não são afetos recursos patrimoniais à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 6ª

Prazo

1 - O prazo de execução da obra é de 90 dias.

2 - A Junta de Freguesia deverá comunicar à Câmara Municipal, com antecedência de 8 dias, o início dos trabalhos, bem como da sua conclusão.

Cláusula 7.ª

Obrigações do MUNICÍPIO

No âmbito do presente contrato de delegação de competências, o **MUNICÍPIO** obriga-se a:

- a) Prestar acompanhamento técnico à **FREGUESIA**,
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;
- d) Elaborar autos de medição de forma regular e mensal referente à execução da obra, objeto das competências delegadas, que serão remetidos à **FREGUESIA**.

Cláusula 8.ª

Obrigações da FREGUESIA

1 - No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a **FREGUESIA** fica obrigada a:

- a) Cumprir rigorosamente as condições constantes do projeto, cabendo-lhe a responsabilidade pela sua execução em conformidade com as regras legalmente aplicáveis;

- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e acompanhamento técnico, de acordo com a Lei nº 31/2009 de 3 de Julho.
- c) Informar O **MUNICÍPIO** do início da obra com antecedência mínima de oito dias, bem como das eventuais suspensões e reinício dos trabalhos.
- d) Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares relacionadas com a execução da obra, designadamente publicitando a execução da obra, sob a forma de aviso, segundo modelo indicado pela Câmara, a colocar no local de execução de forma bem visível da via pública, no prazo de cinco dias antes de iniciar as obras.

Cláusula 9.ª

Obrigações adicionais

Para uma articulação permanente entre o **MUNICÍPIO** e a **FREGUESIA**, no âmbito da execução deste contrato, podem os representantes indicados por ambas reunir-se, mensalmente, ou sempre que necessário.

Cláusula 10.ª

Informação a disponibilizar pela FREGUESIA

1 - Serão elaborados pela **FREGUESIA** os seguintes relatórios:

- a) Relatório Trimestral de Acompanhamento, que deve ser acompanhado dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pelo **MUNICÍPIO**;
- b) Relatório de Avaliação, que deve ser entregue no final da obra.
- c) Autos de receção provisória e definitiva da obra, com parecer favorável dos serviços técnicos do **MUNICÍPIO**.

2 - O **MUNICÍPIO** pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público

Cláusula 11.ª

Ocorrências e emergências

A **FREGUESIA** deve comunicar ao **MUNICÍPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

Cláusula 12.ª

Verificação do cumprimento do objeto do contrato

- 1 - O **MUNICÍPIO** pode verificar o cumprimento do objeto do contrato pela **FREGUESIA**, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.
- 2 - As determinações do **MUNICÍPIO** emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a **FREGUESIA**, devendo este proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

Cláusula 13.ª

Modificação do contrato

- 1 - O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.
- 2 - A modificação do contrato obedece a forma escrita.

Cláusula 14.ª

Suspensão do contrato

- 1 - A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:
 - a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;
 - b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.
- 2 - Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea *b)* do número anterior, os Outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas *a)* a *e)* do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 15.ª

Resolução pelas Partes Outorgantes

1 - Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:

- a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;
- b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

2 - Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas

a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 16.ª

Revogação

1 - As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.

2 - A revogação obedece a forma escrita.

Cláusula 17.ª

Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico identificado neste contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18.ª

Entrada em vigor

O presente contrato entra em vigor no dia da sua assinatura.

Cláusula 19.ª

Publicidade

Este contrato é publicitado no sítio da *internet* do Município de Braga.

Cláusula 20ª

Cabimento e compromisso

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada pelas propostas de cabimento nº _____, correspondendo-lhe as requisições externas de despesa com os compromissos nº _____.

Cláusula 21ª

Disposições legais aplicáveis

1 - Na execução do presente contrato de delegação de competências, observar-se-ão: **a)** o respetivo clausulado **b)** a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2 - Subsidiariamente, observar-se-ão, ainda: **a)** As disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, em especial a sua Parte III; **b)** O Código do Procedimento Administrativo.

Arquiva-se no maço de documentos: **a)** As referidas deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia; **b)** O mencionado Mapa contendo as verbas a transferir para a **FREGUESIA**; **c)** Os identificados documentos de cabimento e compromisso.

Pelo segundo outorgante foram exibidas:

a) Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em ____ de ____ de 2016 pelo 1º Serviço de Finanças de Braga;

b) Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em ____ de ____ de 2016

Para constar se lavrou o presente contrato em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes.

Braga, 15 de Julho de 2016

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

O Presidente da Junta de Freguesia de Sobreposta

REQUISIÇÃO : 2016016/214 (DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS)
Data : 2016-07-21

10655

FREGUESIA DE SOBREPOSTA
AVENIDA DA IGREJA, 59
SOBREPOSTA - BRAGA
4715-538 BRAGA
PORTUGAL

Contribuinte: 507060377

Braga, 2016-07-21

Cabimento: 2016016/214 a 2016-07-21

| Código de | Data de | | | | | | | (EUR) |
|---------------|------------|---------------------------------|--------------|------------|------------|-------|--------|----------|
| Produto/Conta | Entrega | Designação | U.C. | Quantidade | Preço | Desc% | I.V.A. | Valor |
| 44531163 | 2016-07-21 | RUA DE PORTEGUEDIZ - SOBREPOSTA | ---- | 1,000 | 8692,00000 | 0 | | 8 692,00 |
| | | Data Órgão Económica | Dotação | | Valor | | | |
| | | 2016-07-21 01 0805010202 | 1 626 962,30 | | 8 692,00 | | | |

| Incidência | Taxa | Valor de Iva | Sub-Total | 8 692,00 |
|------------|------|--------------|-------------|----------|
| | | | Valor IVA | 0,00 |
| | | | Valor total | 8 692,00 |

Observações:

RUA DE PORTEGUEDIZ - SOBREPOSTA

Condições de pagamento :

Local de entrega : CONTRATO INTERADMINISTRATIVO

Divisão de Contabilidade
Planeamento e Controlo de Gestão

NIF: 506 901 173

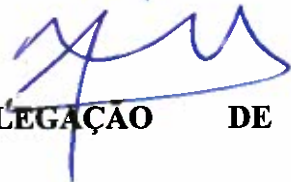
Ofício n.º PED/10281/2016

Assunto: Rua de Porteguediz - Sobreposta

Freguesia: Junta de Freguesia de Sobreposta

| Informação do Coordenador da DAF | Informação do Adjunto do Sr. Vereador |
|---|--|
| <p>A Junta de Freguesia de Sobreposta solicita um subsídio para o alargamento da Rua de Porteguediz, com o objetivo de melhorar as condições de acessibilidade naquele lugar.</p> <p>O alargamento da rua implica a demolição do muro existente numa extensão de 50 ml, a sua reconstrução, no novo local e ao reperfilamento da rua. Não foi considerada a pavimentação final da rua, dado que a mesma será considerada num processo autónomo de pavimentações.</p> <p>Esta obra acarreta um custo de 8.692,00€ com IVA incluído, conforme mapas em anexo.</p> <p>Posteriormente, caso haja concordância superior, será preparado um Contrato Interadministrativo, à Junta de Freguesia de Sobreposta para aprovação em reunião de Câmara e de Assembleia Municipal de acordo com a Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.</p> <p>À consideração superior,</p> <p>Braga, 12 de Julho de 2016</p> <p><i>[Assinatura]</i></p> | <p>O acesso carral às habitações enunciadas na rua de Porteguediz está contemplado num processo de pavimentação asfáltica, já aprovado, de três ruas de Sobreposta. Na rua em apreço, há necessidade de, previamente, se proceder a uma correção do perfil de alargamento, num percurso de 50 metros, dando origem à presente obra. Assim sendo, julgo de uracer a aprovação e a sua delegação na Junta de Freguesia de Sobreposta, através de um contrato interadministrativo.</p> <p>A Consideração superior. 13.07.2016</p> <p>Despacho do Sr. Vereador <i>[Assinatura]</i></p> <p>Justificando sobretudo pela necessidade de se criar condições e circular de vias municipais, sobretudo de acesso à área florestal ali existente, por se tratar de uma obra pelo facto de ser de interesse público e se apresentar a Junta de Freguesia Municipal a depois de se de contrato interadministrativo para a realização da obra.</p> <p>Despacho do Sr. Presidente da Câmara <i>[Assinatura]</i></p> |
| <p>À Sr. Eng. Francisca Marques para elaboração do respetivo contrato interadministrativo.</p> <p>15.07.2016</p> <p><i>[Assinatura]</i></p> <p>De remeter à DE para calibrar e submeter à reunião do executivo.</p> <p>18.07.2016</p> <p><i>[Assinatura]</i></p> | <p>À Sr. Eng. Francisca Marques.</p> <p>16.07.16</p> <p><i>[Assinatura]</i></p> |

A ns do Souto. 16.08.29



**CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE
COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE ESPORÕES**

PRIMEIRO: RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, casado, natural da freguesia de Braga S. João do Souto, concelho de Braga, com domicílio profissional nos Paços do Concelho sito na *Praça* do Município desta cidade, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público nº 506901173, com sede na morada acima referida, adiante designado *por* **MUNICÍPIO**.

SEGUNDO OUTORGANTE: JOÃO DA SILVA OLIVEIRA intervindo em representação da **FREGUESIA - ESPORÕES**, pessoa colectiva de direito público nº 680 032 860 com sede na Rua José Loureiro Duarte nº 2 - Esporões adiante designada por **FREGUESIA**.

Considerando que:

- 1 - A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- 2 - O **MUNICÍPIO**, por força do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da referida Lei n.º 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal,
- 3 - Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;
- 4 - De acordo com os estudos que têm sido promovidos pelo **MUNICÍPIO** esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;
- 5 - Que a concretização da delegação de competências, materializada no presente contrato, respeita os princípios estabelecidos no art.º 135º da referida Lei n.º 75/2013, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade

da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º do mesmo diploma legal;

6 - Por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i) do n.º 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a Freguesia de **ESPORÕES**. O presente contrato de delegação de competências;

Entre os representados de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º da referida Lei nº 75/2013, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal em sessão de---
---- de -----de 2016 sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de ----
-de ----- de 2016 e pela Assembleia de Freguesia de **ESPORÕES** em sessão de----- de
----- de 2016 sob proposta da respetiva Junta de Freguesia aprovada em reunião de ----
--- de ----- de 2016.

Cláusula 1ª

Objeto

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências na **FREGUESIA DE ESPORÕES** para a execução da obra denominada “**Pavimentação da ligação da rua de Santa Marta ao Cruzamento da Rua de Cais - Esporões**”, prevista no plano de atividades para o ano em curso e dotada no respetivo orçamento.

Cláusula 2ª

Condições

A obra será executada de acordo com o projeto aprovado pela Câmara Municipal que consta do respetivo processo administrativo.

Cláusula 3ª

(Recursos financeiros)

1 - Para a prossecução do objeto definido na cláusula 1ª e a sua execução nos termos previstos na cláusula 2ª, é concedida, pelo **MUNICÍPIO** à **FREGUESIA**, uma verba de **147.039,20€ à qual acresce 8.822,35-€ correspondente ao I.V.A., perfazendo o total de 155.861,55-€** por conta da delegação efetuada.

2 – A referida verba será processada mensalmente, em conformidade com o valor de obra executada nesse período, tendo em vista a sua transferência para a **FREGUESIA**.

3 - Sem prejuízo do disposto no ponto 1, o montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentado e justificado, objeto de acertos financeiros.

Cláusula 4ª

Recursos humanos

Não são afetos recursos humanos à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 5ª

Recursos patrimoniais

Não são afetos recursos patrimoniais à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 6ª

Prazo

1 - O prazo de execução da obra é de 90 dias.

2 - A Junta de Freguesia deverá comunicar à Câmara Municipal, com antecedência de 8 dias, o início dos trabalhos, bem como da sua conclusão.

Cláusula 7ª

Obrigações do MUNICÍPIO

No âmbito do presente contrato de delegação de competências, o **MUNICÍPIO** obriga-se a:

- a) Prestar acompanhamento técnico à **FREGUESIA**,
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;
- d) Elaborar autos de medição de forma regular e mensal referente à execução da obra, objeto das competências delegadas, que serão remetidos à **FREGUESIA**.

Cláusula 8ª

Obrigações da FREGUESIA

1 - No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a **FREGUESIA** fica obrigada a:

- a) Cumprir rigorosamente as condições constantes do projeto, cabendo-lhe a responsabilidade pela sua execução em conformidade com as regras legalmente aplicáveis;
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e acompanhamento técnico, de acordo com a Lei nº 31/2009 de 3 de Julho.
- c) Informar O **MUNICÍPIO** do início da obra com antecedência mínima de oito dias, bem como das eventuais suspensões e reinício dos trabalhos.
- d) Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares relacionadas com a execução da obra, designadamente publicitando a execução da obra, sob a forma de aviso, segundo modelo indicado pela Câmara, a colocar no local de execução de forma bem visível da via pública, no prazo de cinco dias antes de iniciar as obras.

Cláusula 9.ª

Obrigações adicionais

Para uma articulação permanente entre o **MUNICIPIO** e a **FREGUESIA**, no âmbito da execução deste contrato, podem os representantes indicados por ambas reunir-se, mensalmente, ou sempre que necessário.

Cláusula 10.ª

Informação a disponibilizar pela FREGUESIA

1 - Serão elaborados pela **FREGUESIA** os seguintes relatórios:

- a) Relatório Trimestral de Acompanhamento, que deve ser acompanhado dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pelo **MUNICIPIO**;
- b) Relatório de Avaliação, que deve ser entregue no final da obra.
- c) Autos de receção provisória e definitiva da obra, com parecer favorável dos serviços técnicos do **MUNICÍPIO**.

2 - O **MUNICÍPIO** pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público

Cláusula 11.ª

Ocorrências e emergências

A **FREGUESIA** deve comunicar ao **MUNICÍPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

Cláusula 12.ª

Verificação do cumprimento do objeto do contrato

1 - O **MUNICÍPIO** pode verificar o cumprimento do objeto do contrato pela **FREGUESIA**, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.

2 - As determinações do **MUNICÍPIO** emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a **FREGUESIA**, devendo este proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

Cláusula 13.ª

Modificação do contrato

1 - O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.

2 - A modificação do contrato obedece a forma escrita.

Cláusula 14.ª

Suspensão do contrato

1 - A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:

a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.

2 - Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, os Outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 15.ª

Resolução pelas Partes Outorgantes

1 - Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:

a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

2 - Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 16.ª

Revogação

1 - As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.

2 - A revogação obedece a forma escrita.

Cláusula 17.ª

Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico identificado neste contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18.ª

Entrada em vigor

O presente contrato entra em vigor no dia da sua assinatura.

Cláusula 19.ª

Publicidade

Este contrato é publicitado no sítio da *internet* do Município de Braga.

Cláusula 20ª

Cabimento e compromisso

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada pelas propostas de cabimento nº -----, correspondendo-lhe as requisições externas de despesa com os compromissos nº-----.

Cláusula 21ª

Disposições legais aplicáveis

1 - Na execução do presente contrato de delegação de competências, observar-se-ão: a) o respetivo clausulado b) a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2 - Subsidiariamente, observar-se-ão, ainda: a) As disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, em especial a sua Parte III; b) O Código do Procedimento Administrativo.

Arquiva-se no maço de documentos: a) As referidas deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia; b) O mencionado Mapa contendo as verbas a transferir para a **FREGUESIA**; c) Os identificados documentos de cabimento e compromisso.

Pelo segundo outorgante foram exibidas:

a) Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em -----de ----- de 2016 pelo 2º Serviço de Finanças de Braga;

b) Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em -----de ----- de 2016.

Para constar se lavrou o presente contrato em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes.

Braga, 29 de Agosto de 2016

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

O Presidente da Junta de Freguesia de Esporões



BRAGA
Município

REQUISIÇÃO : 2016016/232 (DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS)
Data : 2016-08-30

10613

FREGUESIA DE ESPORÕES
RUA JOSÉ LOUREIRO DUARTE, N.º 2
ESPORÕES
4700-637 ESPORÕES
PORTUGAL

Contribuinte: 507166337

Braga, 2016-08-30

Cabimento: 2016016/232 a 2016-08-30

(EUR)

| Código de Produto/Conta | Data de Entrega | Designação | U.C. | Quantidade | Preço | Desc't | I.V.A. | Valor |
|-------------------------|-----------------|-----------------------------|------|------------|--------------|--------|--------|------------|
| 691362 | 2016-08-30 | OBRAS E MELHORAM.FREGUESIAS | ---- | 1,000 | 155861,55000 | 0 | | 155 861,55 |
| | | P/DELEG.COMP | | | | | | |
| | | Data Órgão Económica | | Dotação | Valor | | | |
| | 2016-08-30 | 01 0805010202 | | 297 533,57 | 155 861,55 | | | |

| Incidência | Taxa | Valor de Iva | Sub-Total | Valor IVA | Valor total |
|------------|------|--------------|------------|-----------|-------------|
| 155 861,55 | 0,00 | 0,00 | 155 861,55 | 0,00 | 155 861,55 |

Observações:

PAVIMENTAÇÃO DA LIGAÇÃO DA RUA SANTA MARTA AO CRUZAMENTO DA RUA DE CAIS

Condições de pagamento :

Local de entrega : FREGUESIA ESPORÕES

Divisão de Contabilidade
Planeamento e Controlo de Gestão

NIF: 506 901 173

Praça Municipal, 4704-514 Braga

Telefone: 253 203 150 - Fax: 253 613 387

e-mail: municipe@cm-braga.pt

Regº nº PED/6685/2016

Obra

Assunto: Pavimentação da ligação da rua de Santa Marta ao Cruzamento da Rua de Cais

Ofício nº Freguesia de ESPORÕES

Coordenador da D.A.F

Informação do Adjunto do Sr. Vereador

Numa visita ao local da obra em aprego, constatou-se a necessidade da sua execução, pelo que deveria merecer a aprovação e a sua delegação na junta de freguesia de Esporões, através de um contrato intermunicipal a submeter a aprovação do executivo e, consequentemente, a aprovação da Assembleia Municipal.

A consideração superior.

26.08.2016



Despacho do Sr. Vereador

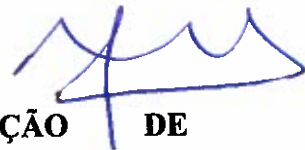
Despacho do Sr. Presidente da Câmara

A 15 de Setembro.

16.08.29



Ass. do S. Mo. 1608-29



**CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE
COMPETÊNCIAS NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE VILAÇA E FRADELOS**

PRIMEIRO: RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, casado, natural da freguesia de Braga S. João do Souto, concelho de Braga, com domicílio profissional nos Paços do Concelho sito na *Praça* do Município desta cidade, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público nº 506901173, com sede na morada acima referida, adiante designado por **MUNICÍPIO**.

SEGUNDO OUTORGANTE: JOSÉ MANUEL GOMES MARTINS intervindo em representação da **UNIÃO DE FREGUESIAS DE VILAÇA E FRADELOS**, pessoa colectiva de direito público nº 510 841 163 com sede Rua Sede Junta , nº 11, 4705-651 Vilaça adiante designada por **FREGUESIA**.

Considerando que:

- 1 - A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- 2 - O **MUNICÍPIO**, por força do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da referida Lei n.º 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal,
- 3 - Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;
- 4 - De acordo com os estudos que têm sido promovidos pelo **MUNICÍPIO** esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;
- 5 - Que a concretização da delegação de competências, materializada no presente contrato, respeita os princípios estabelecidos no art.º 135º da referida Lei n.º 75/2013, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos

contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º do mesmo diploma legal;

6 - Por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i) do n.º 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a União de Freguesias de **Vilaça e Fradelos**. O presente contrato de delegação de competências;

Entre os representados de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º da referida Lei nº 75/2013, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal em sessão de -- de -----de 2016 sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de ----- de ----- ----de 2016 pela Assembleia de Freguesia de **Vilaça e Fradelos** em sessão de ----- de -----de 2016 sob proposta da respetiva Junta de Freguesia aprovada em reunião de ----- --- de -----de 2016

Cláusula 1ª

Objeto

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências na **FREGUESIA DE VILAÇA E FRADELOS** para a execução da obra denominada “**Beneficiação da Rua do Campo de Futebol - Vilaça,**” prevista no plano de atividades para o ano em curso, dotada no respetivo orçamento.

Cláusula 2ª

Condições

A obra será executada de acordo com o projeto aprovado pela Câmara Municipal que consta do respetivo processo administrativo.

Cláusula 3ª

(Recursos financeiros)

1 - Para a prossecução do objeto definido na cláusula 1ª e a sua execução nos termos previstos na cláusula 2ª, é concedida, pelo **MUNICÍPIO** à **FREGUESIA**, uma verba de **4.808,15€ (valor sem I.V.A.), acrescida de 288,49€ (I.V.A. a 6%) perfazendo um total de 5.096,64€.**por conta da delegação efetuada.

2 – A referida verba será processada mensalmente, em conformidade com o valor de obra executada nesse período, tendo em vista a sua transferência para a **FREGUESIA**.

3 - Sem prejuízo do disposto no ponto 1, o montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentado e justificado, objeto de acertos financeiros.

Cláusula 4ª

Recursos humanos

Não são afetos recursos humanos à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 5ª

Recursos patrimoniais

Não são afetos recursos patrimoniais à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 6ª

Prazo

1 - O prazo de execução da obra é de 90 dias.

2 - A Junta de Freguesia deverá comunicar à Câmara Municipal, com antecedência de 8 dias, o início dos trabalhos, bem como da sua conclusão.

Cláusula 7.ª

Obrigações do MUNICÍPIO

No âmbito do presente contrato de delegação de competências, o **MUNICÍPIO** obriga-se a:

- a) Prestar acompanhamento técnico à **FREGUESIA**,
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;
- d) Elaborar autos de medição de forma regular e mensal referente à execução da obra, objeto das competências delegadas, que serão remetidos à **FREGUESIA**.

Cláusula 8.ª

Obrigações da FREGUESIA

1 - No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a **FREGUESIA** fica obrigada a:

- a) Cumprir rigorosamente as condições constantes do projeto, cabendo-lhe a responsabilidade pela sua execução em conformidade com as regras legalmente aplicáveis;

- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e acompanhamento técnico, de acordo com a Lei nº 31/2009 de 3 de Julho.
- c) Informar O **MUNICÍPIO** do início da obra com antecedência mínima de oito dias, bem como das eventuais suspensões e reinício dos trabalhos.
- d) Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares relacionadas com a execução da obra, designadamente publicitando a execução da obra, sob a forma de aviso, segundo modelo indicado pela Câmara, a colocar no local de execução de forma bem visível da via pública, no prazo de cinco dias antes de iniciar as obras.

Cláusula 9.ª

Obrigações adicionais

Para uma articulação permanente entre o **MUNICÍPIO** e a **FREGUESIA**, no âmbito da execução deste contrato, podem os representantes indicados por ambas reunir-se, mensalmente, ou sempre que necessário.

Cláusula 10.ª

Informação a disponibilizar pela FREGUESIA

1 - Serão elaborados pela **FREGUESIA** os seguintes relatórios:

- a) Relatório Trimestral de Acompanhamento, que deve ser acompanhado dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pelo **MUNICÍPIO**;
- b) Relatório de Avaliação, que deve ser entregue no final da obra.
- c) Autos de receção provisória e definitiva da obra, com parecer favorável dos serviços técnicos do **MUNICÍPIO**.

2 - O **MUNICÍPIO** pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público

Cláusula 11.ª

Ocorrências e emergências

A **FREGUESIA** deve comunicar ao **MUNICÍPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

Cláusula 12.ª

Verificação do cumprimento do objeto do contrato

1 - O **MUNICÍPIO** pode verificar o cumprimento do objeto do contrato pela **FREGUESIA**, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.

2 - As determinações do **MUNICÍPIO** emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a **FREGUESIA**, devendo este proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

Cláusula 13.ª

Modificação do contrato

1 - O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.

2 - A modificação do contrato obedece a forma escrita.

Cláusula 14.ª

Suspensão do contrato

1 - A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:

a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.

2 - Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, os Outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 15.ª

Resolução pelas Partes Outorgantes

1 - Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:

a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

2 - Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 16.ª

Revogação

1 - As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.

2 - A revogação obedece a forma escrita.

Cláusula 17.ª

Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico identificado neste contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18.ª

Entrada em vigor

O presente contrato entra em vigor no dia da sua assinatura.

Cláusula 19.ª

Publicidade

Este contrato é publicitado no sítio da *internet* do Município de Braga.

Cláusula 20ª

Cabimento e compromisso

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada pelas propostas de cabimento n.º-----, correspondendo-lhe as requisições externas de despesa com os compromissos n.º -----.

Cláusula 21ª

Disposições legais aplicáveis

1 - Na execução do presente contrato de delegação de competências, observar-se-ão: **a)** o respetivo clausulado **b)** a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2 - Subsidiariamente, observar-se-ão, ainda: **a)** As disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, em especial a sua Parte III; **b)** O Código do Procedimento Administrativo.

Arquiva-se no maço de documentos: **a)** As referidas deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia; **b)** O mencionado Mapa contendo as verbas a transferir para a **FREGUESIA**; **c)** Os identificados documentos de cabimento e compromisso.

Pelo segundo outorgante foram exibidas:

a) Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em-----de -----de 2016 pelo 2º Serviço de Finanças de Braga;

b) Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em ----- de -----de 2016

Para constar se lavrou o presente contrato em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes.

Braga, 22 de Agosto de 2016

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

O Presidente da União de Freguesias de Vilaça e Fradelos



BRAGA
Município

REQUISIÇÃO : 2016016/231 (DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS)
Data : 2016-08-30

2281

VILAÇA E FRADELOS
RUA SEDE DA JUNTA, N° 11
BRAGA
4705-651 VILAÇA BRG
PORTUGAL

Contribuinte: 510841163

Braga, 2016-08-30

Cabimento: 2016016/231 a 2016-08-30

(EUR)

| Código de Produto/Conta | Data de Entrega | Designação | U.C. | Quantidade | Preço | Desc% | I.V.A. | Valor |
|-------------------------|-----------------|--|------------|------------|------------|-------|--------|----------|
| 691362 | 2016-08-30 | OBRAS E MELHORAM.FREGUESIAS P/DELEG.COMP | ---- | 1,000 | 5096,64000 | 0 | | 5 096,64 |
| | Data | Órgão Económica | Dotação | | Valor | | | |
| | 2016-08-30 | 01 0805010202 | 302 630,21 | | 5 096,64 | | | |

| Incidência | Taxa | Valor de Iva | Sub-Total | Valor IVA | Valor total |
|------------|------|--------------|-----------|-----------|-------------|
| 5 096,64 | 0,00 | 0,00 | 5 096,64 | 0,00 | 5 096,64 |

Observações:

BENEFICIAÇÃO DA RUA DO CAMPO DE FUTEBOL - VILAÇA TRABALHOS A MAIS

Condições de pagamento :

Local de entrega : FREGUESIA DE VILAÇA E FRADELOS

Divisão de Contabilidade
Planeamento e Controlo de Gestão

NIF: 506 901 173

Praça Municipal, 4704-514 Braga

Telefone: 253 203 150 - Fax: 253 613 387

e-mail: municipe@cm-braga.pt



BRAGA
Município

DAF - DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS

Ofício n.º PED/15883/2015

Assunto: Beneficiação da rua do Campo de Futebol – Vilaça
Trabalhos a mais

Freguesia: UF de Vilaça e Fradelos

| Informação do Coordenador da DAF | Informação do Adjunto do Sr. Vereador |
|--|--|
| <p>A UF de Vilaça e Fradelos vem pelo presente ofício, sensibilizar este Município para a alteração do perfil transversal da rua, que passou de aproximadamente 5,00m para 6,00m, no âmbito da obra “Beneficiação da rua do Campo de Futebol – Vilaça”. Confirma-se que esta alteração beneficiou em muito a obra proposta.</p> <p>Comparando o trabalho efetuado, <i>in situ</i>, com o trabalho proposto verifica-se que há <u>um acréscimo em trabalhos a mais</u> de 5.096,64€, com IVA incluído, conforme mapa em anexo.</p> <p>Posteriormente, caso haja concordância superior, será preparado um Contrato Interadministrativo, à UF de Vilaça e Fradelos para aprovação em reunião de Câmara e de Assembleia Municipal de acordo com a Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro</p> <p>À consideração superior,</p> <p>Braga, 1 de Agosto de 2016</p> <p><i>Harques</i></p> | <p><i>Não obstante a melhoria alcançada, a alteração em apreço só deveria ser executada depois de autorizada, o que não aconteceu. Apesar disso e estando a obra concluída, julgo de aprovar e delegar a mesma para Junta da União de Freguesias de Vilaça e Fradelos, através de um contrato interadministrativo a submeter à apreciação do executivo e, consequentemente, à aprovação da Assembleia Municipal.</i></p> <p><i>A consideração superior.</i> <i>18.08.2016</i> <i>[Assinatura]</i></p> <p>Despacho do Sr. Vereador</p> <p>Despacho do Sr. Presidente da Câmara</p> <p><i>A m. do Sr. Presidente.</i> <i>1658.28</i> <i>[Assinatura]</i></p> |

À ... de ...
1608.29
[Signature]

ACORDO DE EXECUÇÃO

Delegação de competências do Município de Braga na Freguesia de Esporões em matéria de:

- **Gestão e manutenção de espaços verdes;**
- **Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros;**
- **Manutenção e reparação do mobiliário urbano instalado no espaço público (com exceção daquele que seja objeto de concessão);**
- **Realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico e manutenção dos espaços envolventes.**

Considerando que,

1. Nos termos do artigo 132º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, se consideram delegadas nas juntas de freguesia as competências aí referidas;
2. A produção dos efeitos desta delegação legal está dependente da celebração de um acordo de execução, nos termos do artigo 133º;
3. Cabe às câmaras municipais, por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da mesma Lei discutir e preparar com as juntas de freguesia acordos de execução das competências que lhes forem delegadas ao abrigo do artigo 132.º daquela Lei;
4. Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião de 28 de outubro de 2013, foram encetadas negociações com a Freguesia de **Esporões**;
5. Em estudo se concluiu que a solução mais adequada, eficiente e eficaz é o exercício das competências devidamente discriminadas no presente Acordo pela Freguesia de **Esporões**;
6. O exercício destas competências pela Freguesia não determina o aumento da despesa pública global; promove o aumento da eficiência da gestão e dos ganhos de eficácia dos recursos por parte das autarquias locais; e concretiza uma boa articulação entre o Município e a Freguesia;
7. A concretização da delegação de competências, materializada no presente Acordo de Execução, respeita os princípios estabelecidos no art.º 135º da referida Lei n.º 75/2013 e tem por objeto a delegação das competências previstas nas alíneas a), b), c), e) e f) do n.º 1 do referido art.º 132º.
8. Por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i) do n.º 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou e negociou com a Junta de Freguesia de **Esporões** o presente Acordo de Execução de delegação de competências;

Assim, entre os representados de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 133.º conjugado com o artigo 132.º, nº 1, alíneas a), b), c), e) e f) da referida *Lei nº 75/2013*, é celebrado o presente Acordo de Execução de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela **Assembleia Municipal** em sessão de ---- de ----- de 2016, sob proposta da **Câmara Municipal** aprovada em reunião ----- de ----- de 2016 e pela Assembleia de Freguesia de **Esporões** em sessão de ---- de ----- de 2016, sob proposta da respetiva Junta de Freguesia aprovada em reunião de ----- de ----- de 2016.

PRIMEIRO OUTORGANTE: RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, casado, natural da freguesia de Braga (S. João do Souto), concelho de Braga com domicílio profissional nos Paços do Concelho sito na Praça do Município desta cidade, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público nº 506901173, com sede na morada acima referida, adiante designado por **MUNICÍPIO**.

SEGUNDO OUTORGANTE: JOÃO SILVA OLIVEIRA, titular do Cartão de Cidadão nº -----, válido até ----- de ----- de -----, residente em Esporões, em representação da **FREGUESIA DE ESPORÕES**, na qualidade de Presidente da respetiva Junta de Freguesia, com sede na Rua José Loureiro Duarte, nº 2, da referida freguesia, pessoa coletiva nº 507 166 337, adiante designada abreviadamente por **FREGUESIA**.

Cláusula 1ª **(Objecto)**

O presente Acordo de Execução tem por objecto a delegação de competências na **FREGUESIA** em matéria de gestão e manutenção de espaços verdes, manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano, limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros, de realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico e de promoção a manutenção dos espaços envolventes destes estabelecimentos.

Cláusula 2ª **(Atividades de conservação e manutenção)**

1. No âmbito do presente Acordo de Execução, a **FREGUESIA** compromete-se a assegurar a gestão e manutenção dos espaços verdes, a limpeza das vias e dos espaços públicos, sarjetas e sumidouros, bem como realizar pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico e a promover a manutenção dos seus espaços envolventes.

2. A manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação compreende a limpeza, a manutenção e a conservação dos espaços de jogo e recreio, propiciando uma sua adequada utilização.

3. As reparações relativas aos estabelecimentos escolares integram, em especial, as elencadas no **Anexo I** do presente Acordo de Execução, que dele faz parte integrante.

Cláusula 3ª
(Recursos financeiros)

1. Para a prossecução do objecto definido na cláusula 1ª e a sua execução nos termos previstos na cláusula 2ª, é concedida, pelo **MUNICÍPIO** à **FREGUESIA**, uma verba anual no montante de **48.449,98€** (*quarenta e oito mil quatrocentos e quarenta e nove euros e noventa e oito cêntimos*), a transferir trimestralmente, com início no mês de Janeiro, em conformidade com o Mapa anexo, onde constam, discriminados, os montantes a transferir por conta de cada uma das competências ora delegadas, que constitui o Anexo II deste contrato e dele faz parte integrante.

2. Sem prejuízo do disposto no ponto 1, o montante da verba a conceder será, se necessário e desde que fundamentado, objecto de acertos financeiros.

Cláusula 4ª
(Recursos humanos)

Não são afectos recursos humanos à execução do presente contrato, por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 5ª
(Recursos patrimoniais)

Não são afectos recursos patrimoniais à execução do presente contrato, sem prejuízo de eventuais alterações que possam vir a ser introduzidas, caso se revele necessário.

Cláusula 6.ª
(Obrigações da FREGUESIA)

1. No âmbito do presente Acordo de Execução, a **FREGUESIA** fica obrigada a:

- a) Pautar toda a sua atuação sob critérios de eficiência, eficácia e economia, no cumprimento das competências delegadas;
- b) Proceder de forma correta e equilibrada às reparações nos estabelecimentos de educação e à manutenção de espaços envolventes, de acordo com critérios de eficiência, eficácia e economia;

c) Respeitar e fazer respeitar as normas legais e regulamentares aplicáveis a cada uma das competências, a cada uma das reparações ou à manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação;

Cláusula 7ª
(Execução e avaliação do contrato)

1. A execução do presente contrato será avaliada, a todo o tempo e de forma contínua, pelo **MUNICÍPIO** que, para o efeito, poderá realizar reuniões conjuntas e periódicas com a **FREGUESIA**, solicitando todas as informações que considere pertinentes para a avaliação do presente contrato.
2. Tendo em vista a verificação da realização dos trabalhos objeto das competências ora delegadas, o **MUNICÍPIO**, no que respeita aos trabalhos de gestão e manutenção de espaços verdes, de limpeza das vias e dos espaços públicos, sarjetas e sumidouros, procederá à elaboração de autos de medição e, no que respeita às reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico e à manutenção dos seus espaços envolventes, a **FREGUESIA** deve remeter, trimestralmente, ao **MUNICÍPIO** informação detalhada sobre os trabalhos realizados.

Cláusula 8ª
(Prazo de validade do contrato)

A duração do presente contrato coincide com a duração do mandato da Assembleia Municipal, salvo casos excecionais, devidamente fundamentados, e considera-se renovado após a instalação deste órgão.

Cláusula 9.ª
(Cessação do Acordo)

1. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:
 - a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;
 - b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.
2. Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, o **MUNICÍPIO** deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da referida *Lei n.º 75/2013*.
3. A cessação do presente acordo não poderá nunca por em causa a continuidade do serviço público, cabendo à Câmara o exercício das competências para as quais o acordo tenha deixado de vigorar.

Cláusula 10.ª
(Modificação do acordo de execução)

1. O presente Acordo de Execução pode ser modificado por acordo entre as partes, sempre que as circunstâncias em que se fundou a decisão de acordar a delegação de competências tiverem sofrido uma alteração anormal e imprevisível, desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da boa-fé e não esteja coberta pelos riscos próprios do Acordo de Execução.
2. A modificação do Acordo de Execução obedece a forma escrita.

Cláusula 11.ª
(Revogação)

O presente Acordo de Execução não é suscetível de revogação.

Cláusula 12.ª
(Caducidade)

O Acordo de Execução caduca nos termos gerais, designadamente pelo decurso do respetivo período de vigência, de acordo com o disposto na cláusula 8.ª, extinguindo-se as relações contratuais existentes entre as partes.

Cláusula 13.ª
(Publicidade)

O presente acordo será disponibilizado por ambos os outorgantes nas suas páginas do sítio da Internet e afixado em local próprio nas respectivas sedes.

Cláusula 14.ª
(Cabimento e compromisso)

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada pela proposta de cabimento nº -----, de -----, correspondendo-lhe a requisição externa de despesa com o compromisso nº -----, de -----.

Cláusula 15.ª
(Disposições legais aplicáveis)

1. Na execução do presente contrato de delegação de competências, observar-se-ão:
 - a) O respetivo clausulado e o estabelecido no Anexo I;
 - b) A Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.
2. Subsidiariamente, observar-se-ão, ainda:

- a) As disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, em especial a sua Parte III;
- b) O Código do Procedimento Administrativo.

Arquiva-se no maço de documentos:

- a) As deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia que aprovaram a minuta do presente Acordo de Execução;
- b) O mencionado documento onde consta a descrição dos trabalhos relativos aos estabelecimentos escolares referido no nº 3 da cláusula 2ª;
- c) Os identificados documentos de cabimento e compromisso.

Pelo segundo outorgante foram exibidas:

- a) Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em ---- de ----- de 2016 pelo Serviço de Finanças de Braga 1;
- b) Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Directa em de --- de ----- de 2016.

Para constar se lavrou o presente contrato em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes.

Paços do Concelho de Braga, 09 de Agosto de 2016.

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

/ Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio /

O Presidente da Junta de Freguesia de Esporões

/ João Silva Oliveira /

ANEXO I

Reparações a que se refere o n.º 3 da cláusula 2.ª

Carpintaria

- ✓ Substituição de vidros
- ✓ Substituição/reparação de ferragens
- ✓ Afinação de portas e janelas
- ✓ Colocação/deslocação/fixação de quadros, placards, cabides, etc.
- ✓ Outras pequenas intervenções

Instalações sanitárias

- ✓ Reparação ou substituição de louças sanitárias e autoclismos
- ✓ Desentupimento/limpeza de sistemas de esgotos
- ✓ Substituição ou reparação de torneiras
- ✓ Reparação das ligações de águas aos aparelhos
- ✓ Colocação de tampos de sanitas
- ✓ Colocação, reparação ou substituição de porta rolos de papel higiénico, toalheiros, saboneteiras, dispensadores, toalhetes, papeleiras e outros equipamentos similares
- ✓ Outras pequenas reparações

Instalação eléctrica

- ✓ Substituição de lâmpadas e luminárias (com protecção)
- ✓ Reparação/substituição de tomadas (com alvéolos) e interruptores
- ✓ Manutenção de quadros eléctricos
- ✓ Fixação ou substituição de fios soltos ou partidos, com recurso à colocação de calha técnica, se necessário
- ✓ Execução de pequenas instalações, para ligação de aparelhos eléctricos, excepto quando exija o reforço da potência eléctrica contratualizada
- ✓ Outras pequenas reparações

Nota: os trabalhos a executar devem estar em conformidade com os normativos em vigor.

Cobertura do edifício

- ✓ Substituição de telhas partidas
- ✓ Limpeza de telhados
- ✓ Reparação de pequenas peças da estrutura (ripa, etc.)
- ✓ Reparação e limpeza de algeroz e tubos de queda
- ✓ Outras pequenas intervenções

Serralharia

- ✓ Substituição ou reparação de fechaduras e outras ferragens
- ✓ Reparação de portas, cancelas, portões, janelas e gradeamentos em ferro ou outro metal
- ✓ Reparação e colocação de vedações, vitrinas de exterior, chaveiros.
- ✓ Outras pequenas reparações

Espaço exterior e recreio

- ✓ Limpeza e regularização dos pisos dos recreios
- ✓ Pequenas reparações em muros e vedações
- ✓ Limpeza ou substituição das areias do espaço de jogo e recreio
- ✓ Limpeza de valetas e sumidouros

Outras pequenas reparações

- ✓ Limpeza de salamandras e chaminés
- ✓ Pequenas reparações dos rebocos das paredes dos edifícios e pintura das zonas reparadas
- ✓ Pequenas reparações e manutenção do mobiliário (pinturas, fechaduras, puxadores, borrachas...)
- ✓ Pequenas reparações e tratamento dos pisos das salas
- ✓ Substituição de pilhas/baterias em alarmes e campainhas
- ✓ Reparação de estores



BRAGANÇA MUNICÍPIO

COMPETÊNCIAS LEGALMENTE DELEGÁVEIS NAS JUNTAS DE FREGUESIA- Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro

AVALIAÇÃO DOS CUSTOS ASSOCIADOS |

| COMPETÊNCIAS | | | | | | | | | | | | | TOTAIS |
|--------------|---|---------|--|-----------|---|---------|---|---------|--|---------|---|--|-------------|
| FREGUESIAS | Conservação de espaços envolventes Artigo 132.º n.º 1 e) | | Gestão e manutenção de espaços verdes Artigo 132.º n.º 1 a) | | Gestão e manutenção de espaço arborizados | | Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros Artigo 132.º n.º 1 b) | | Manutenção, reparação e substituição de mobiliário urbano instalado no | | Valores Totais Delegação Competências ao Abrigo do nº 132 | Fator de coesão territorial - Artº 135 | 48.449,98 € |
| | Nº de Salas | Valor € | m² | Valor € | m² | Valor € | Km | Valor € | Quantidade | Valor € | 38.402,32 € | 10.047,66 € | |
| | | 8 | 6.488,00 € | 26.932,75 | 18.852,93 € | 320 | 1.280,00 € | 26,36 | 8.941,39 € | | | | |
| ESPORÕES | | | | | | | | | | | | | |



BRAGA
Município

REQUISIÇÃO : 2016016/233 (DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS)
Data : 2016-08-30

10613

FREGUESIA DE ESPORÕES
RUA JOSÉ LOUREIRO DUARTE, N.º 2
ESPORÕES
4700-637 ESPORÕES
PORTUGAL

Contribuinte: 507166337

Braga, 2016-08-30

Cabimento: 2016016/233 a 2016-08-30

(EUR)

| Código de Produto/Conta | Data de Entrega | Designação | U.C. | Quantidade | Preço | Desc% | I.V.A. | Valor |
|-------------------------|-----------------|--|---------|------------|-------------|-------|--------|-----------|
| 691362 | 2016-08-30 | OBRAS E MELHORAM.FREGUESIAS P/DELEG.COMP | ---- | 1,000 | 48449,98000 | 0 | | 48 449,98 |
| | Data | Órgão Económica | Dotação | | Valor | | | |
| | 2016-08-30 | 01 0805010202 | | 141 672,02 | 48 449,98 | | | |

| Incidência | Taxa | Valor de Iva | Sub-Total | Valor IVA | Valor total |
|------------|------|--------------|-----------|-----------|-------------|
| 48 449,98 | 0,00 | 0,00 | 48 449,98 | 0,00 | 48 449,98 |

Observações:

DELEGAÇÃO DE COMPETENCIAS PARA A FREGUESIA DE ESPOROES

Condições de pagamento :

Local de entrega : FREGUESIA ESPOROES

Divisão de Contabilidade
Planeamento e Controlo de Gestão

NIF: 506 901 173

Praça Municipal, 4704-514 Braga

Telefone: 253 203 150 - Fax: 253 613 387

e-mail: municipe@cm-braga.pt



BRAGA
Município

DAF - DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS

Ofício n.º PED/17578/2015

Assunto: Atualização do Acordo Competências Legalmente Delegáveis nas Juntas de freguesia

Freguesia: Junta de Freguesia de Esporões

| Informação do Coordenador da DAF | Informação do Adjunto do Sr. Vereador |
|---|--|
| <p>A Junta de Freguesia de Esporões solicita a atualização do acordo Competências Legalmente Delegáveis nas Juntas de Freguesia - Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na área refere à Gestão e manutenção de espaços verdes (artigo 132.º n.º 1 a)), a área referente à Limpeza das Vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros (Artigo 132.º n.º 1 b)) e a conservação de escolas e espaços envolventes (Artigo 132.º n.º 1 e) e f))</p> <p>Após avaliação do solicitado concluímos que Junta de Freguesia de Esporões deveria receber no total do acordo de Competências Legalmente Delegáveis nas Juntas de Freguesia - Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, 48.449,98 €, em vez de 37.414,80 €, o que dá um acréscimo de 11.035,18 €, ao valor determinado anteriormente, conforme mapa em anexo.</p> <p>À consideração superior,</p> <p>Braga, 29 de Agosto de 2016</p> <p><i>[Signature]</i></p> | <p><i>Concorda com a informação do Coordenador da DAF. Considerando o seu conteúdo, julgo de se proceder à revisão do Acordo de Execução em apreço e nos termos apresentados a fim de ser submetido à reunião do executivo e, consequentemente, à aprovação da Assembleia Municipal.</i></p> <p><i>- À consideração superior.</i></p> <p><i>29.08.2016</i></p> <p><i>[Signature]</i></p> |
| | Despacho do Sr. Vereador |
| | |
| | Despacho do Sr. Presidente da Câmara |
| | <p><i>A 5 de Setembro.</i></p> <p><i>16.08.29</i></p> <p><i>[Signature]</i></p> |